



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar
Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901
Endereço eletrônico: *forum.nacional@mj.gov.br*

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional

Data: 17 de outubro de 2007.

Horário: das 09h00 às 17h00

Local: CNA – SGAN – Quadra 601 – Lote K – Brasília / DF

Presentes:

Lista de presença anexa

ITENS da PAUTA e DELIBERAÇÕES

1- Abertura – A Secretária Executiva do FNPETI – **Isa Oliveira** iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos (as) lembrando que alguns estados cobriram as despesas do seu representante. Agradeceu a Luciana Cardoso e a toda equipe da CNA pelo acolhimento e apresentou-a como indicada pela coordenação colegiada para presidir os trabalhos. A indicação foi referendada por todos (as). **2 - Apresentação e discussão dos dados da PNAD / 2006** - **Roberto Gonzalez – Técnico do IPEA** - **Isa Oliveira** agradeceu Sr. Roberto Gonzalez pela presença e colaboração e o convidou a apresentar os dados (*anexo I*). **Debate** – **Simone Fontenelle – Fórum TO** - Quais os critérios utilizados na pesquisa em se tratando da zona rural? **Pedro Américo – OIT** - No grupo de 5 a 9 anos, de todas as crianças que estão envolvidas no trabalho, qual o percentual das que trabalham na área agrícola? Na sua experiência profissional e nesse período de acompanhamento até que ponto as autoridades públicas utilizam os dados como norteadores? O que eles fazem com essas informações? As informações geradas de fato estão norteando as políticas públicas? E qual sua percepção de uma fusão ou de uma combinação de indicadores estatísticos como PNAD, Censo, Mapa de Indicativos do Ministério do Trabalho para poder acompanhar de forma mais precisa a questão do trabalho infantil numa região ou numa área geográfica menor que o estado? **Luiz Gonzaga** – questionou sobre o impacto do trabalho infantil na saúde das crianças, porque acredita ser um dado importante que deve estar intimamente relacionado com a educação. Há alguma contribuição dos programas, como o Programa Bolsa Família, na retirada das crianças do trabalho? **Eliane Araque** – solicitou esclarecimento sobre o que se pode entender quando se fala trabalhar por conta própria e trabalhar para consumo próprio. Você fala que 47% das crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 15 anos, estariam nas atividades agrícolas. Estes 47% incluem aquelas que estão trabalhando para consumo próprio? **Respostas:** respondendo a pergunta da Simone disse que para o Tocantins, em termos da PNAD, sempre existiram dados para zona rural. Sobre os dados de 5 a 9 anos, na PNAD de 2006, afirmou que 3 de cada 4 crianças estão trabalhando em



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

37 atividade agrícola e quase sempre não remuneradas. Trabalhar em atividade agrícola pode ser
38 remunerado ou não remunerado, pode ser assalariado ou para consumo próprio. A categoria por
39 contra própria é uma pessoa que trabalha sem vínculo assalariado de qualquer tipo – o que no
40 meio urbano denomina-se autônomo. No meio rural é um pouco complexo, porque a própria
41 relação assalariada é mais complicada. Acredita que não ocorra aumento do trabalho infantil por
42 este motivo e olhando os dados de 2005/2006 foi nessa faixa de cultura de apoio a família que
43 reduziu e fortemente no meio norte. Ponderou que essa reflexão é baseada nos dados. A
44 propósito de a PNAD subsidiar as autoridades opinou que quando o resultado é ruim acontecem
45 reuniões para descobrir o que aconteceu. Esforços têm sido feitos para se fazer uma análise
46 tempestiva das pesquisas principalmente as produzidas pelo IBGE. Na divulgação da PNAD de
47 2005 houve seminário, o Ministério do Planejamento fez reunião com cada ministério, com
48 técnicos do IBGE e do IPEA. Na área do trabalho infantil disse haver uma questão política. Em
49 2005 houve muita cobrança para expansão do PETI e o MDS queria expandi-lo, mas não
50 conseguiu que os executores achassem as crianças. Sugeriu ao Fórum Nacional pensar novas
51 buscas de informações e pensar eventos mais localizados, como por exemplo, o trabalho na
52 propriedade familiar – é preciso entender a lógica desse tipo de trabalho para entendermos os
53 determinantes do trabalho infantil naquele setor. No que se refere à saúde explicou que a PNAD
54 não tem muita informação sobre qualidade do trabalho, além da jornada e o trabalho penoso não
55 aparece. Não acredita que futuramente esse registro apareça devido a ilegalidade de muitos
56 deles. Expôs que o IPEA nunca mapeou o trabalho infantil com o suplemento da saúde. No que
57 diz respeito à frequência versus Programa Bolsa Família, nunca fez um trabalho com esse foco,
58 mas segundo a análise de um pesquisador de São Paulo o Bolsa Família assim como os
59 programas de transferência de renda anteriores, aumentou a frequência escolar, mas não reduziu
60 o trabalho infantil, o que reforça a idéia de se fazer uma pesquisa mais focada, mais qualitativa
61 para saber o que está acontecendo com essas famílias. Existe trabalho demonstrando que onde
62 há incidência de trabalho infantil - o ganho é uma parcela razoável na renda familiar. Mas, a
63 questão não é que a criança ganha muito e sim que a renda familiar é muito baixa e um fator está
64 relacionado ao outro. Quanto a melhor estratégia não tem como escapar de usar vários dados. O
65 censo, apesar de ser decenal, juntamente com a PNAD permite a possibilidade de abrir por
66 município. Disse que nunca fez um trabalho para saber da compatibilidade porque às vezes tem
67 diferença entre um questionário e outro. Outras informações precisam ser incluídas como dados
68 de fiscalização do MTE. Avaliou que se tiver ampla variação, de preferência para menos, da
69 incidência de trabalho infantil de um ano para outro, tem-se que ficar feliz porque os dados são
70 razoavelmente confiáveis e mesmo com a defasagem de um, dois anos, acaba sendo informativo
71 com algumas variações. **Questões: Isa Oliveira** – na sua opinião quais são os indicadores para o
72 acompanhamento do trabalho infantil? **Oris de Oliveira – Fundação Abrinq** – A PNAD levantou



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

73 dados até a idade de 18 anos? Por duas razões: primeiramente, porque tecnicamente o trabalho
74 infantil vai até os 18 anos de acordo com a legislação brasileira e a Convenção 138 da OIT e
75 segundo, porque há incidência de trabalhos perigosos e insalubres. Há algum dado da PNAD
76 2006 sobre incidência dos trabalhos perigosos e insalubres e algo que compare esse elemento
77 com 2005? **Milda Moraes – UBEE/IMS** – Dos 14% que trabalham 40h ou mais, se fez uma
78 desagregação por grupo etário? E na mesma linha os 44% que não são remunerados? E os 25%
79 que cuidavam dos afazeres domésticos estão inclusos no número total? Se não, quanto
80 representa esses 25%? Quantas são essas crianças e adolescentes? Há no âmbito do IPEA
81 alguma iniciativa no sentido de tabulação dos microdados da PNAD numa perspectiva de criar
82 mais subsídios para os estados e municípios? **Respostas:** Roberto disse que o principal indicador
83 está sendo utilizado hoje, ou seja, os dados da PNAD de quantas crianças e adolescentes estão
84 trabalhando efetivamente na semana e no ano de referência. Acha a jornada muito importante
85 porque acredita que o acompanhamento permite sair de alguns falsos debates em termos
86 teóricos. Quanto à remuneração seria importante no sentido inverso porque quando diz não
87 remunerado está ligado a várias outras atividades como trabalho agrícola, produção familiar, etc.
88 A remuneração como indicador é importante para olhá-la junto com outros indicadores, porque dá
89 a idéia do esforço que as pessoas têm que fazer para produzir sua subsistência, mas só o valor
90 da remuneração não é um bom indicador. A frequência escolar tem que ser mantida. Afirmou que
91 não produziu, mas acha que é possível produzir um indicador relativamente fácil sobre defasagem
92 escolar e trabalho infantil. Comparar a defasagem das crianças que trabalham em relação as que
93 não trabalham. Definição de indicador não é em absoluto uma questão de técnica simplesmente,
94 é uma questão de intenção. O que eu quero mostrar, é que tem importância como vejo o mundo?
95 Se o Fórum Nacional tiver interesse em discutir um conjunto de indicadores é importante fazê-lo
96 de forma participativa. Quanto ao trabalho penoso até os 18 anos não inclui, porque a idéia foi
97 trabalhar os dados da PNAD e o mais comum é de 5 a 15 anos. Disse que se pode olhar a
98 jornada para visualizar a qualidade do trabalho, mas a jornada em si não é suficiente. É um
99 indicador no sentido negativo - jornada muito longa - é um mal indicador, mas também o é - uma
100 jornada mais curta se a criança trabalha 20h na carvoaria. Por isso trabalhando o dado da saúde
101 pode-se visualizar o resultado do trabalho penoso e não apenas a incidência. Quanto abrir por
102 faixa etária disse que por definição na PNAD, para todos que trabalham de 5 a 9 anos não se
103 pergunta sobre remuneração, ou seja, todos esses não são remunerados e a remuneração cresce
104 na proporção da idade. A proporção de quem trabalha 40h e mais tem aberto por faixa etária, mas
105 não no momento. Como a pergunta é ampla sobre afazeres domésticos pode estar inserido desde
106 ajudar na capina da fazenda até lavar os pratos. Tem-se apenas um indicador para qualificar essa
107 atividade que é o tempo gasto nos afazeres domésticos. Da parte do IPEA não há iniciativa para
108 tabular os dados dos microdados porque é fácil para grandes municípios e impossível para



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

109 municípios muito pequenos. **Questões: Antonio Lima – Coordinfância/MPT e Fórum /CE –**
110 Considerando que a partir dos 14 anos é possível o trabalho na condição de aprendiz a pesquisa
111 faz algum corte sobre crianças que estão em situação de trabalho e indaga sobre alguém ser ou
112 não aprendiz, estagiário para fazermos um corte na idade de 14 a 15 anos? A pesquisa investiga
113 sobre as crianças e adolescentes em situação de trabalho e a sua inserção em programas sociais
114 como o PETI e PBF? Qual interpretação a respeito dessa pequena redução na última pesquisa
115 realizada comparando-se com as possíveis explicações dadas para o aumento que houve em
116 2005? Há uma relação na questão da idade e jornada para sabermos se a idade está relacionada
117 ao tempo de jornada? A pesquisa questiona tipos de atividades ou somente setores, ramos, etc?
118 Quanto aos afazeres domésticos a pesquisa indaga se é na própria família ou na casa de
119 terceiros? **Alison Sutton – UNICEF –** Houve tempo para fazer uma tabulação dos dados em
120 relação à raça e gênero? O UNICEF na área de indicadores fez uma tabulação geral dos dados
121 da PNAD e anotou de 2005 para 2006, uma preocupação no sentido da tendência de piorar os
122 dados e defasagem entre crianças brancas e negras. Não foi feito ainda sobre trabalho infantil e
123 perguntou se o palestrante fez esse recorte. **Eliane Araque –** Ponderou que uma jornada de 14h
124 por semana significa em termos de dias úteis mais de 2h por dia, o que é significativo para a faixa
125 etária indicada, que se coloca abaixo da idade permitida para o trabalho. Abordou também a
126 questão ao alto índice de desemprego entre os jovens, observando que as pesquisas não
127 detalham o contexto em que isso se dá. Em consequência, perguntou se o IPEA estaria fazendo
128 esse tipo de análise para ver se confirma que esse aumento do desemprego entre jovens tem a
129 ver com o fato de não terem freqüentado a escola, ou de terem defasagem escolar, de não terem
130 formação profissional, e de estarem trabalhando na idade de obtenção da escolaridade básica.
131 **Respostas: Roberto Gonzalez –** Não existe ainda um estudo que avalie a pessoa que teve
132 experiência de trabalho infantil e suas consequências em termos de educação, trabalho e outros
133 aspectos. O ideal seria entrevistar a mesma pessoa antes e depois. É difícil orquestrar essa
134 questão com a PNAD porque a priori ela não deveria repetir os mesmos entrevistados.
135 Futuramente, uma pesquisa domiciliar continuada, vai ter um painel onde as famílias vão se
136 repetir de um ano para o outro permitindo que no espaço de um ano façamos inferências.
137 Estaremos estudando as consequências. Sobre a taxa de desemprego juvenil o próximo boletim
138 de políticas sociais do IPEA falará somente sobre questões dos jovens. Concordou que a taxa é
139 alta, porém o fato dela crescer não é uma problemática somente com o jovem, mas com o mundo
140 do trabalho. Refletiu que escolaridade não resolve todas as coisas, mas a falta dela é um
141 impeditivo. Não teve tempo de inserir na apresentação o critério raça e etnia. Tem uma ferramenta
142 simples, “chapadão” onde se insere tabulação por cor e raça. Para se ter um enfoque de grupos
143 raciais é preciso olhar um pouco as diferenciações nas ocupações e em outras variáveis para
144 critérios de configuração e melhor argumento. A pesquisa não pergunta se tem contrato de



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

145 aprendizagem. Não obstante pode-se fazer uma aproximação que considera razoável que é pegar
146 a faixa de 14 a 15 anos e ver o contingente que tem emprego assalariado com carteira e acreditar
147 que todos esses são aprendizes. Acha que os dados podem ser melhorados, olhando-se os
148 dados do contrato e informações da RAIS. Sobre PETI e PBF, lamentavelmente, faz pouco tempo
149 que se iniciou a inclusão de questões sobre programas nos vários números da PNAD. Sobre
150 interpretação dos dados, um indicativo importante é que a redução do trabalho infantil aconteceu
151 em estados onde tinha incidência muito forte no ano de 2005 e pode ter alguma relação com a
152 atividade agrícola. É possível levantar os dados da jornada de trabalho por idade, mas esse
153 levantamento não foi ainda realizado. Pode-se ver se a jornada de 40h está concentrada entre os
154 adolescentes de 13 e 14 anos. É possível extrair da PNAD alguma informação sobre tipos de
155 atividades, mas entrar em detalhe não. Não teria como levantar atividades específicas como -
156 produção artística. Se a criança ou adolescente está trabalhando em outro lugar com outra família
157 é considerado ocupação - a pessoa está ocupada como trabalhador doméstico. Há uma pergunta
158 que questiona se a pessoa está no afazer doméstico em casa ou fora. Mas, criança que está
159 trabalhando fora não necessariamente está com afazeres domésticos em casa. **Questões: Ana**
160 **Beatriz - Fundação Itaú Social** – Refletiu que se conseguirmos definir alguns indicadores que
161 são fundamentais ficará mais fácil esse acompanhamento, inclusive reunir diferentes pesquisas e
162 definir quais os pontos que merecem acompanhamento. **Socorro Brandão – SINAIT** – Desse
163 número de entrevistados - 410.241mil todos eram adultos ou crianças e adolescentes? Vocês
164 tiveram interesse em verificar se nas famílias onde foram encontradas crianças e adolescentes em
165 situação de trabalho, se os adultos estavam trabalhando? **Graça Gadelha - INPETI** – Nas
166 entrevistas os senhores conseguiram captar informações referentes a exploração sexual de
167 crianças e adolescentes considerada uma das piores formas de trabalho infantil, desde 1999?
168 Essa forma de trabalho tem raça, tem cor, tem gênero, portanto é bem definida do ponto de vista
169 conceitual e metodológico. Em relação as estratégias questionou de que forma o fórum poderia
170 estar estimulando algumas iniciativas nos fóruns estaduais, com rebatimento dentro dos
171 municípios, do papel que têm os conselheiros tutelares dentro desse contexto, sobretudo
172 pensando que estes têm uma competência privativa que é conseguir que os municípios e
173 gestores façam seu censo escolar. **Milda Moraes** – Chamou atenção sobre os 25% que são
174 crianças que informaram que trabalhavam com afazeres domésticos em casa e, criança que sai
175 do interior e vai para a capital trabalhar, morar com uma família e que entende que aquela casa é
176 a sua casa. **Respostas: Roberto Gonzalez** – Teria que ver a ocupação da pessoa na família e
177 não se pode afirmar que essa pessoa aparecerá como agregada. Concorda que a fronteira entre
178 trabalho doméstico e o que será considerado trabalho é tênue e o que precisará estar sempre em
179 mente na hora de interpretar o dado. Construir indicadores é explicitar, é recortar um mundo. Tem
180 muitos aspectos que são técnicos e que se pode sugerir, mas o importante é o que se quer



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

181 mostrar. Cabe uma discussão do Fórum com os produtores estatísticos e na sua avaliação
182 chamar o IBGE e envolver os gestores municipais devido a sua importância na produção das
183 informações. Quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes toda atividade que é
184 subterrânea, não legítima na sociedade, não aparece nas pesquisas, embora tenha trabalhos
185 abordando o tema. Acredita que este tipo de trabalho degradante será averiguado somente
186 através de pesquisa de campo qualitativa e com foco próprio. Por se tratar de pesquisa domiciliar
187 - a PNAD considera entrevistadas as pessoas que estão naquele domicílio e via de regra são os
188 pais que respondem a pesquisa. Há uma distinção entre família e domicílio - onde mais de uma
189 família poderá coabitar. A questão da ocupação dos adultos ou não, é importante, mas acredita
190 que a renda também é importante. Em alguns casos a criança pode estar sendo forçada ao
191 trabalho porque os pais estão desocupados, mas pode ser que estejam ocupados em um trabalho
192 precário com renda muito baixa, vendendo produtos pelas ruas e a criança vai junto. Há a questão
193 da exploração, de usar a criança como chamariz para conseguir dinheiro. A tragédia no Brasil é
194 que muitas vezes não tendo bons empregos as pessoas estão em ocupações muito precárias e
195 auferem rendas ruins. Embora do ponto de vista familiar tenha lógica a criança contribuir com a
196 renda, em termos gerais da sociedade não há substituição nesse sentido, ou seja, o trabalho da
197 criança não está tirando emprego do adulto. Considero possível erradicar o trabalho infantil
198 porque é um universo de trabalhos degradantes e é possível para sociedade brasileira ficar sem
199 esses trabalhos. É possível para a sociedade não ter nenhuma dessas crianças trabalhando sem
200 afetar a economia. Encerrado os debates, **Isa Oliveira** agradeceu ao Roberto em nome do fórum
201 nacional estendendo os agradecimentos ao IPEA. **Luciana Cardoso**, coordenadora da plenária
202 solicitou aos participantes que se apresentassem. A seguir, passou a palavra para **Graça**
203 **Gadelha** – que deu um informe do INPETI – Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do
204 Trabalho Infantil apresentando-o como braço operacional das atividades do FNPETI e sobre a sua
205 Assembléia Geral Ordinária realizada ontem 16/10. Na assembléia foram acolhidos como sócios
206 Dr. Oris de Oliveira – jurista aposentado e Carmelita Domingues integrante do fórum estadual de
207 Rondônia. Informou ainda que a assembléia aprovou e referendou o parecer do Conselho Fiscal
208 que aprovou as contas do INPETI. Comunicou que em virtude das dificuldades de eleger uma
209 nova diretoria a assembléia decidiu eleger uma diretoria provisória pelo período de seis meses,
210 coincidindo com a plenária do Fórum Nacional, em março de 2008. Essa diretoria foi composta
211 pela Verônica Maria da Silva Gomes – Presidente, Rumiko Tanaka – Tesoureira e Graça Gadelha
212 – Secretária, ficando mantidos os suplentes e o Conselho Fiscal. Relatou que foram feitas
213 diversas tentativas através de e-mails, telefonemas e visitas aos integrantes do Fórum Nacional e
214 do INPETI para se constituir uma chapa da diretoria. Porém, o fato do INPETI ter decidido em
215 assembléias anteriores que os integrantes – presidente e tesoureiro – deveriam residir em Brasília
216 em razão das assinaturas de cheques e o acompanhamento das gestões administrativa e



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

217 financeira, de certa forma restringe muito a participação na diretoria. Destacou ainda as
218 dificuldades que o INPETI está enfrentando para dar continuidade a esse trabalho de suporte ao
219 FNPETI, uma vez que foi criado com a missão de resolver uma situação de caráter excepcional
220 em razão da fragilidade que o fórum nacional tinha e tem para fazer a gestão dos seus recursos
221 (que cada dia está diminuindo) e também da dificuldade em ter os associados presentes nas
222 assembleias pela falta de recurso em patrocinar os deslocamentos e estadias. Disse que apesar
223 do INPETI ter se constituído e ter prazo suficiente para avançar e fazer algo mais estratégico do
224 ponto de vista da sua operacionalidade enquanto organização não governamental e como braço
225 da gestão administrativa e financeira do fórum nacional, há dificuldades de contar com associados
226 que possam assumir a diretoria e que residam em Brasília. Expôs que as dificuldades de
227 manutenção da secretaria executiva do fórum nacional continuam. O apoio do UNICEF, OIT e
228 SEDH continuam, mas as dificuldades são claras e sérias para se dar conta desse trabalho
229 inclusive a efetivação de pagamento das funcionárias, nos próximos três meses. Disse que até lá
230 está coberto, mas é preciso pensar estratégias, mecanismos mais eficazes para resolver a
231 situação de uma forma mais definitiva. Solicitou aos que estavam presentes na assembleia do
232 INPETI que complementassem sua fala e concluiu afirmando - que uma das decisões e talvez a
233 mais trágica, não menos necessária, é de que se continuar assim provavelmente teriam que fazer
234 a extinção da entidade (INPETI) por conta das dificuldades reais de trabalhar com esse nível de
235 fragilidade e de problemas que estão ocorrendo. **Isa Oliveira** fez uma explicação sobre o que é o
236 INPETI. Afirmou que para fortalecer o Fórum Nacional é importante participar também do INPETI,
237 porque só pode associar-se ao INPETI pessoa jurídica e/ou pessoa física que sejam integrantes
238 do FNPETI, conforme dispõe o Estatuto Social do INPETI. Esclareceu que o INPETI não concorre
239 com o FNPETI porque não tem as características políticas do Fórum Nacional e não é um ator
240 político. "O fortalecimento do fórum nacional depende do fortalecimento do INPETI". Reforçou as
241 dificuldades para a formação de uma nova diretoria composta por 11 (onze) integrantes entre
242 titulares e suplentes e explicou que as atribuições do presidente, tesoureiro e secretário que são
243 basicamente financeiras. Disse que a secretaria executiva do fórum nacional procura assumir todo
244 o trabalho, por exemplo, a elaboração e execução dos projetos. Mas, tendo claro a importância
245 das contribuições da diretoria, contudo nada que impossibilite o diretor-presidente que não é
246 remunerado, de dar sua contribuição ao fórum nacional compatibilizando-a com suas atividades
247 na instituição onde trabalha. Nesse sentido propôs uma mobilização para que entidades do fórum
248 nacional se associem ao INPETI. Disse que o Regimento Interno do fórum nacional, que está em
249 vigor, faculta que pessoas físicas também participem do fórum o que possibilita aos integrantes de
250 órgãos governamentais se associarem ao Fórum Nacional e ao INPETI como cidadãos e cidadãs.
251 Considera ainda prematuro mudar as características do INPETI e que no momento é necessário
252 fortalecê-lo. Nesse sentido propôs à plenária a integração ao Fórum Nacional dos militantes



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

253 históricos na luta contra o trabalho infantil: Eliane Araque dos Santos, Luiz Gonzaga e Maria
254 Tameme Soares. **Eliane Araque** – Complementou as palavras da Graça reiterando as
255 dificuldades que o INPETI passa, embora tenha sido constituído há mais de 4 anos. Disse que a
256 criação do INPETI resultou da discussão travada no Fórum Nacional sobre a sua
257 institucionalização, e ressaltou ser perceptível que sua atuação possibilitou o incremento das
258 ações do FNPETI, sucesso esse que, infelizmente, não é visto como decorrente dessa atuação.
259 Sem dúvida, o FNPETI sempre teve uma atuação importante, antes mesmo do INPETI. Todavia,
260 várias dificuldades por que passava foram superadas pela existência do INPETI. Havia, por
261 exemplo, uma série de problemas decorrentes da necessidade de angariar recursos para suas
262 ações, assim como a sustentabilidade que se impunha, em especial, pelo afastamento gradativo
263 dos organismos internacionais no seu suporte financeiro. Com a criação do INPETI, o Fórum
264 passou a caminhar com suas próprias pernas, embora com dificuldades. Nesse contexto, se
265 insere a dificuldade na manutenção do seu quadro de pessoal, que representa uma despesa fixa,
266 mensal, acrescida dos valores decorrentes dos encargos sociais, o que não é financiado pelos
267 projetos, cujos recursos se voltam para as ações deles decorrentes. Fez um balanço das
268 entidades que já contribuíram para o INPETI possibilitando o atendimento dessa despesa.
269 Observou que no ano passado a sua cobertura ficou facilitada com os recursos provenientes das
270 multas cobradas dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados perante o MPT. Insistiu sobre
271 a necessidade de se criar um fundo de reserva para fazer frente a essa despesa, o que,
272 infelizmente, ainda não foi possível. Disse que isso precisa ser enfrentado, buscando-se
273 estratégias para a sua consecução. Observou que a despesa com pessoal, ao longo desses anos,
274 não cresceu, não tendo havido nenhum aumento salarial, o que seria normal e pertinente. Assim,
275 esse é um problema que precisa de uma solução urgente, para que momentos passados, de não
276 pagamento de salários, não se repitam. Enfatizou que, nesse momento, se apresenta um outro
277 problema, urgente e que exige a atenção de todos. É a eleição da nova administração da
278 entidade. Informou que já foram convocadas duas Assembléias para esse fim sem que tenha sido
279 possível realizar a eleição por falta de pessoas para compor os cargos disponíveis. Assim, embora
280 todos estejam satisfeitos com o Fórum, porque ele vem cumprindo o seu papel, realizando as
281 ações que lhe competem, se esquecem de que é preciso dar apoio e se fazer presente no
282 INPETI, que possibilita que isso aconteça. Reiterou ser necessário que se dê atenção a essa
283 questão, vendo o FNPETI e o INPETI como duas entidades separadas, mas cujas atividades são
284 interdependentes, e buscar encontrar as formas de contribuição para que seus objetivos se
285 cumpram, inclusive, de contribuir também com recursos pessoais, assim como doando esforços e
286 tempo para que o INPETI possa se manter como entidade, cumprir suas tarefas e, assim,
287 fortalecer o FNPETI. **Firmino Lima – ANAMATRA** – O que vemos nessa situação crítica, nessa
288 crise institucional do INPETI é que esse momento negativo não é só do INPETI, mas de toda



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

289 causa. "Se nós não conseguimos nos sustentarmos, se não temos condições de nos
290 sustentarmos, eu acho que estamos colocando em risco tudo que foi trabalhado, todo o
291 desenvolvimento do que foi feito e principalmente o futuro de quem depende do nosso trabalho,
292 depende da nossa luta para conseguir esse objetivo de erradicar o trabalho infantil". Fez o apelo
293 lembrando que este é um momento extremamente negativo e nos momentos negativos têm-se
294 que unir forças e tentar superar todas as dificuldades para se conseguir chegar ao objetivo.

295 **Alison Sutton** – Concordou que se trata de uma crise em relação a não ter pessoas para assumir
296 o INPETI, mas que não vê a situação tão "apocalíptica". Surpreendeu-se com a informação de que
297 não há como pagar as funcionárias nos próximos meses, porque segundo as planilhas, os três
298 meses estão garantidos, faltando dois mil reais. Neste momento Graça Gadelha fez o
299 detalhamento do saldo do INPETI - *anexo II*. **Alison Sutton** – Ponderou que os salários serão
300 cobertos até o fim do ano incluindo o 13º salário e a questão é quando se celebra os próximos
301 convênios. Disse que o Unicef ofereceu 80mil esse ano e não foi aceito devido a impossibilidade
302 de execução das ações dentro do calendário do ano. Afirmou que esse recurso e mais um
303 adicional serão destinados ao Fórum, através de um Termo de Cooperação no ano que vem e
304 que a intenção é agilizar toda parte burocrática para o recurso ser liberado em 1º de janeiro.
305 Expôs que anteriormente o apoio era total aos salários e hoje o tipo de apoio que OIT e UNICEF
306 oferecem é mais específico para projetos. Avaliou que com o recurso das multas (TACs), mesmo
307 que não garanta todas as despesas mas, tendo-se uma previsão, estas cobrirão as despesas
308 entre o término e o começo de um projeto. Teria um mínimo de garantia em relação ao quadro
309 funcional e defendeu o reajuste dos salários que estão congelados há quatro anos. Sobre novos
310 integrantes da diretoria do INPETI concordou que é uma crise mas, que a tarefa de compor o
311 INPETI não é tão "deprimente" e a questão dos recursos não é tão drástica. Expôs que o UNICEF
312 contratou a consultora America Ungaretti que elaborou sete projetos de captação de recursos e
313 que estão prospectando na área empresarial. Elogiou a prestação de contas do INPETI dizendo
314 não se trata de um trabalho de gestão que exige monitoramento e que não é uma tarefa pesada.
315 Ponderou que o Fórum Nacional está com iniciativas interessantes, vive um momento de
316 mobilização. Já sobre a questão de morar em Brasília para compor a diretoria do INPETI, entende
317 o porquê, mas se está dificultando, inviabilizando alguma participação maior, sugeriu
318 reformulação. **Luiz Gonzaga** – Disse que se sentia feliz em retornar ao Fórum. Refletiu que não
319 se pode desistir por todas as dificuldades que o fórum passou e, que é importante continuar
320 pautando o debate com a sociedade sobre a proteção à criança dentro dessa concepção de
321 erradicação do trabalho infantil. Colocou-se à disposição do INPETI na condição de cidadão que
322 integra o quadro associativo do fórum, desde que não seja um cargo ou tarefa que exija muito
323 tempo, porque hoje não está vinculado a nenhuma instituição. **Carmelita Domingues** –
324 **Fórum/RO** – Na qualidade de representante dos fóruns estaduais disse que os mesmos estão



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

325 satisfeitos com as atividades desenvolvidas pelo Fórum Nacional e fez um apelo aos
326 representantes de outros órgãos de Brasília que se filiem como pessoa física ao INPETI para que
327 possam também participar da diretoria. **Antônio Lima** – Fez considerações sobre a sua
328 participação e da Dr^a Mariza Mazotti – procuradora do trabalho em São Paulo e atual
329 Coordenadora da COORDINFÂNCIA - na reunião da Coordenação Colegiada, ontem. Disse que
330 tem sido uma política do Ministério Público do Trabalho, nos últimos dois anos buscar colaborar
331 com o INPETI por entender seu importante papel na execução dos projetos do Fórum Nacional e
332 a manutenção da secretaria executiva. Porém, participando ontem pela primeira vez da reunião e
333 não conhecendo ainda o INPETI, leram o seu Estatuto, surgiram algumas indagações e
334 levantaram algumas preocupações: antes tinham como informação e repassaram aos colegas no
335 sentido de convencê-los a destinar multas dos TACs ao INPETI, que o mesmo era composto
336 pelas entidades que compõem o FNPETI. E analisando o Estatuto descobriram que o INPETI é
337 composto pelas ONGs que compõem o Fórum e pessoas físicas, que na época da fundação eram
338 representantes de órgãos e entidades públicas. Sua preocupação é que terão que repassar aos
339 colegas que o MPT e outros órgãos que integravam o Fórum Nacional não fazem parte do
340 INPETI. E adiantando vê algumas questões: está dito no Estatuto que para integrar o INPETI
341 precisa fazer parte do FNPETI mas na hora de assinar, as assinaturas são de pessoas físicas,
342 que, no momento da fundação não integravam o FNPETI e que algumas dessas pessoas
343 passaram a integrar ontem. E mais as pessoas físicas que integram o Fórum Nacional, está posto
344 no seu Regimento Interno, que elas não têm direito a voto, mas as pessoas que integram o
345 INPETI têm direito de votar e ser votada. No seu entendimento há uma contradição nos dois
346 instrumentos que precisaria ser ajustada, verificada. No Estatuto está posto sócios fundadores e
347 sócios colaboradores, o que significa que quem entra a partir da fundação entra como sócio
348 colaborador. Na hora da fundação o embasamento para que as pessoas físicas assinassem a
349 constituição do INPETI é que na época representassem os órgãos governamentais no Fórum
350 Nacional. Porém, elas deixaram de representar os órgãos e continuam como sócios fundadores.
351 Compreende, olhando para o Estatuto, que houve certa confusão entre pessoa física e jurídica e
352 que diante de todas essas questões terão que refazer o debate com os colegas. Disse que
353 passam a ter uma compreensão referente ao Estatuto de que, as entidades governamentais que
354 compõem o Fórum jamais poderão compor o INPETI, somente ONG e pessoas físicas. Informou
355 também sobre uma minuta de Resolução do Ministério Público da União, que ainda precisa ser
356 aprovada, sobre a destinação das multas dos TACs e, uma das restrições, é que as multas não
357 sejam destinadas a entidades das quais membros do Ministério Público façam parte. **Juliana**
358 **Vignoli – ANPT** elogiou a indicação de pessoas para integrarem o Fórum Nacional, destacando
359 os nomes de Eliane Araque e Lelio Bentes (dois amigos) o que engrandece ainda mais o Fórum,
360 com suas histórias e lutas. Quanto às dificuldades do INPETI disse que não tinha conhecimento e



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

361 declarou a intenção da ANPT de se associar ao INPETI se comprometendo em apreciar o
362 Estatuto e consultar a sua diretoria sobre a possibilidade de integrar a diretoria do INPETI. **Creuza**
363 **Barbosa – Fórum/AM** – Disse que na reunião do INPETI aprovaram que na próxima Assembléia
364 irão decidir se há condições de eleger uma nova diretoria nos moldes que ainda está ou se
365 extingue. Também foi aprovada uma comissão para estudar a reforma do Estatuto do INPETI.
366 Defendeu que a diretoria não seja mais prorrogada e fez um apelo para que o INPETI continue
367 para cumprir as ações dos fóruns. **Maria José – SETHAS/RN** – Acredita na importância da
368 continuidade dos trabalhos que o fórum nacional vem realizando até mesmo para servir de
369 espelho aos fóruns estaduais e diante dos números do trabalho infantil apresentados pelo técnico
370 do IPEA ainda há muito a ser feito. Concluiu dizendo que as crianças e adolescentes deste país
371 precisam cada vez mais de pessoas que possam defendê-los. **Eliane Araque** – Observou que as
372 propostas feitas para alteração do estatuto do INPETI devem ser discutidas em assembléia
373 própria, mas, como a sua atuação se volta à execução das ações do FNPETI, e estão sendo ora
374 discutidas as dificuldades por que passa o Instituto, entende pertinente trazer a questão a
375 conhecimento dessa plenária. Esclareceu à Plenária que a discussão em torno da canalização
376 para o INPETI de multas decorrentes dos TACs firmados perante o MPT se iniciou na sua gestão
377 como Presidente da entidade, e quando representando do MPT junto ao FNPETI, sendo
378 consumada pela Dra. Jane Vilani, quando representante do MPT junto ao Fórum. Destacou que
379 os Drs. Marisa Mazotti e Antônio Lima, atuais representantes do MPT junto ao Fórum, foram
380 recém empossados na coordenação nacional da Coordinfância, daí resultando a sua indicação
381 para representar a instituição junto à coordenação colegiada do Fórum. Assim, respondendo aos
382 questionamentos feitos pelo Dr. Antônio, fez os seguintes esclarecimentos: os membros da
383 Coordinfância foram informados sobre os objetivos sociais do INPETI, recebendo os atos
384 constitutivos deste, de forma a avaliar e confirmar que se volta a executar as ações decididas pela
385 plenária do FNPETI. Assim, as multas foram canalizadas para o Instituto, após ciência desse
386 contexto e avaliação da entidade. Todavia, os presentes questionamentos se apresentam
387 normais, haja vista que os membros da Coordinfância têm sido renovados com frequência, devido
388 aos vários concursos realizados, para preenchimento das vagas existentes e atendimento das
389 necessidades do órgão, com a criação de vários cargos no interior dos Estados da Federação.
390 Para esclarecimento de todos, a Coordinfância é composta de membros que atuam nas Regionais
391 dos Estados, em número de 24, sendo um membro efetivo e um suplente para cada Regional, o
392 que perfaz um total de 48 (quarenta e oito) membros, mais o Coordenador e o Vice-Coordenador.
393 Isto significa que do tempo que era Coordenadora até o momento a composição da Coordinfância
394 mudou consideravelmente. Assim, os colegas recém-chegados, ao tomarem conhecimento da
395 questão, que está novamente sendo discutida na Coordinfância, solicitaram esclarecimentos,
396 fazendo questionamentos a respeito, como os trazidos pelo colega Antônio Lima. Declarou que o



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

397 que importa é a total vinculação dos objetivos do INPETI aos do FNPETI, estando sua atuação
398 vinculada diretamente ao decidido pela sua plenária. Portanto, tudo o que o INPETI for realizar
399 será para a efetivação do plano de ação do Fórum, votado em plenária. E esta foi a argumentação
400 feita aos membros da Coordinfância. Lembrou que o Fórum é um espaço político de discussão
401 das ações a serem implementadas para a erradicação do trabalho infantil e a regularização do
402 trabalho do adolescente, decididas por todas as entidades que o compõem – órgãos públicos,
403 entidades da sociedade civil, etc... -, e que isso também é meta prioritária do MPT. Quanto à
404 proposta de resolução que proíbe a destinação de multas para instituições das quais participem
405 membros do MPT, entende a proposição, porque ela visa evitar eventual benefício indireto.
406 Finalmente, advertiu que o INPETI não distribui recursos entre os associados, sendo gratuito o
407 exercício de cargos em sua administração, tendo toda uma atuação diferenciada, peculiar, como
408 entidade mantenedora do FNPETI. **Alison Sutton** – Perguntou sobre quais aperfeiçoamentos ao
409 Estatuto essa comissão pode propor? Porque todo o debate surge da necessidade de uma
410 comunicação sobre o que é o INPETI e aqui alguns não sabiam da existência do INPETI. Sugeriu
411 a elaboração de material informativo explicando o que é o INPETI e de uma forma mais didática
412 colocar que tudo o que o INPETI faz é para viabilizar o fórum nacional e, suas atividades são
413 implementações do plano aprovado em plenária do fórum, para que membros do MPT ou outro
414 possível doador possam entender que o seu objetivo fim é o trabalho do Fórum Nacional. **Antônio**
415 **Lima** – Considerou pertinentes os esclarecimentos da Eliane e divergiu no ponto em que ela
416 afirmou que o que importa é o objetivo, contrapondo que deve-se alcançar os fins por meios
417 adequados. Afirmou que o INPETI é de suma importância, mas que talvez precise de algumas
418 adequações e lamentou não ter tido condições de conversar antes com a Eliane por terem visto
419 esse aspecto no estatuto somente na madrugada. Achou muito importante os esclarecimentos
420 pois de fato os Membros da COORDINFÂNCIA são na sua maioria novos e também, é a primeira
421 vez que participa da plenária. Reafirmou: para o MPT é muito importante buscar os entendimentos
422 para que o INPETI faça as adequações estatutárias, mas caberá a este avaliar e decidir sobre tais
423 alterações, já que o MPT não integra a referida entidade. **Graça Gadelha** – Concordou que a
424 discussão é muito importante do ponto de vista da situação atual do INPETI e principalmente
425 considerando que esse recurso hoje responde por quase 60% da receita da instituição. E dentro
426 da linha que a Creuza colocou disse que na reunião surgiu a necessidade de constituir um grupo
427 de estudo e dentro dessa estratégia de sustentabilidade da organização conseguir também pautar
428 em toda reunião do fórum nacional, uma discussão sobre o trabalho do INPETI. Já em relação à
429 comunicação sugeriu inserir no portal informação sobre o INPETI. **Eliane Araque** – Reportando-
430 se à fala da Graça, apontou a importância de se pensar estratégias de sustentabilidade do
431 INPETI, porque, embora nesse período de um ano e meio as multas dos TACs tenham composto
432 grande parte da receita do Instituto, possibilitando a realização das ações necessárias, não foram



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

433 suficientes para compor um fundo de reserva para lhe dar condições de arcar com as despesas
434 fixas, mensais, e, assim, proporcionar autonomia financeira para a realização dos projetos
435 necessários à consecução dos objetivos do FNPETI. Prosseguindo, Isa Oliveira solicitou à
436 coordenadora da plenária uma inversão na pauta ponderando que a síntese do balanço das ações
437 realizadas em 2007, 3º item, poderá ser enviada por e-mail caso não haja tempo de apresentá-la.

438 **3 - Prioridades para 2008** – Contribuíram com propostas e sugestões os participantes Isa
439 Oliveira, Luiz Gonzaga, Simone Fontenelle, Rosiléia Roldi, Alison Sutton, Raimunda Núbia, Ana
440 Beatriz, Antônio Lima, Cynthia Ramos, Creuza Barbosa, Oris de Oliveira, Milda Moraes, Maria
441 José, Carmelita, Juliana Petroceli e Eliane Araque que resultaram nas seguintes **Deliberações:**
442 Comemoração dos 10 anos da Marcha Global; maior articulação com a mídia elaborando pautas
443 que provoquem o seu interesse; articulação com o CONANDA para construção de agendas
444 comuns; recomendação aos fóruns estaduais para buscar uma maior articulação ou parcerias com
445 os atores da área de educação e da saúde através das Secretarias Estaduais e Municipais de
446 Educação e dos CERESTs; ações na área da educação contempladas pelo projeto do UNICEF e
447 busca de uma parceria com a Fundação Itaú Social; reconhecimento da SECAD como
448 interlocutora no MEC; consultar ao IPEC/OIT como contribuir politicamente para que o programa
449 em 2008 não deixe de existir no Brasil e dar prioridade ao trabalho infantil artístico, trabalho
450 infantil nos esportes (futebol) e trabalho infantil na agricultura.

451 **4 - Referendo das pessoas físicas indicadas para integrar o FNPETI.** Luciana Cardoso informou que na reunião da
452 Coordenação Colegiada foram apresentados nomes. Isa Oliveira complementou dizendo que
453 faltava apenas o referendo e apresentou os nomes de: *Luiz Gonzaga de Araujo - Eliane Araque*
454 *dos Santos – Maria Tameme Soares*. A plenária referendou os nomes com uma salva de palmas.

455 **5-Apresentação dos novos integrantes da Coordenação Colegiada** – Isa Oliveira fez uma
456 breve explicação da composição da Coordenação Colegiada ressaltando que a plenária referenda
457 a indicação de cada segmento – ONGs, trabalhadores, empregadores, governo, operadores do
458 direito e fóruns estaduais. Na plenária estavam presentes representações dos operadores do
459 direito, ONGs, governo e de fóruns estaduais das regiões Norte e Nordeste. Esclareceu que com
460 a saída antecipada e justificada da Núbia/CNTE, o segmento dos trabalhadores ficou sem
461 representação na plenária. Manifestaram interesse de continuar na Coordenação Colegiada pelo
462 segmento dos **Empregadores** como Titulares: **CNA e CNI**. **ONGs** como Titulares: **Fundação**
463 **Abrinq e Maristas** e Suplentes a definir. **Operadores do Direito** como Titular: **ANAMATRA** e
464 Suplente: **ANPT**. **Governo** como Titulares: **MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego e **MDS** –
465 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Suplente: **MEC/SECAD** – Ministério
466 da Educação. Quanto à representação dos fóruns estaduais Isa fará uma articulação com os
467 fóruns estaduais das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e Nordeste, e também com o segmento
468 dos trabalhadores. Os fóruns da região Norte irão se articular e enviará por e-mail a decisão. Milda



FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios - bloco. "T" - Ministério da Justiça - Anexo II - sala 602 - 6º andar

Tels: (61) 3429.3880 e 3429.3921 - Telefax (61) 3429.3172 - Brasília/DF - CEP: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

469 verificará se o fórum/DF tem interesse de continuar na titularidade. **6 - Agenda para 2008 –**
470 **Deliberação:** reunião da Coordenação Colegiada – **25 de março/2008** e Reunião Ordinária – **26**
471 **de março/2008.** **7 - Outros assuntos:** **Isa Oliveira** recomendou a todos (as) que visitem o Portal
472 do FNPETI e enviem críticas, sugestões e informações. Acrescentou que o fórum nacional já está
473 em articulação com a UNDIME que, em seu site, disponibilizou um banner do Fórum para acesso
474 ao portal. **Luiz Gonzaga** – Sugeriu que a comemoração dos 10 anos da Marcha Global aconteça
475 na semana do dia 12 de junho. **Isa** fez a proposta de que o ministro Lelio Bentes leve à OIT a
476 discussão de pautar a Marcha Global como tema no Dia Mundial de 2008. **Creuza Barbosa** –
477 informou sobre a Campanha Permanente de Combate ao Trabalho Infantil no Amazonas, em
478 2007, que se efetivou por meio de um conjunto de ações como produção de textos, desenho
479 artístico, mostra cultural entre outras e declamou para plenária a poesia vencedora, dentro da
480 modalidade produção de textos, na categoria aprendizagem. A Campanha neste ano reuniu 50mil
481 pessoas e envolveu 150 escolas. **Antônio Oliveira** – Apresentou o Plano Estadual pela
482 Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente no Ceará para
483 2007/2010, elaborado pelo Fórum Estadual, com a participação dos Municípios, através de
484 oficinas regionais e ao final referendado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
485 Adolescente. Informou ainda, sobre um concurso de desenho que envolveu 81 municípios e a
486 participação de 15 mil crianças, sendo que os 10 melhores desenhos ilustram o plano estadual.
487 **Luciana Cardoso** agradeceu em nome do Fórum Nacional e da CNA a todos e a todas. **Isa**
488 **Oliveira** reiterou os agradecimentos à CNA pelo acolhimento e pelo excelente apoio logístico e a
489 cada um dos presentes. Não tendo mais nada a deliberar, a Sra. Isa Oliveira deu por encerrada a
490 reunião cuja ata foi lavrada por mim, Tânia Beatriz dos Anjos da Conceição, nesta data.

491